

Plenário começa a discutir revogação do limite para juros

Proposta do senador licenciado José Serra, com substitutivo do senador Jefferson Péres, retira da Constituição normas que tratam da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional



O plenário do Senado começará a discutir amanhã proposta de emenda constitucional do senador licenciado José Serra que muda três artigos da Constituição relacionados com a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. O projeto prevê, entre outras alterações, a revogação de todos os incisos e parágrafos do artigo 192, inclusive o que fixa em 12% ao ano a taxa de juros reais máxima permitida no país.

O relator da proposta na Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jefferson Péres, concorda em alguns pontos com José Serra, mas apresentou um projeto substitutivo. Já aprovado na comissão, o substitutivo mantém o artigo 192, com alterações, e retira todos os seus incisos e parágrafos. Jefferson admite retirar da Constituição o limite de juros de 12%, por considerar essa exigência "dissociada da realidade econômica e financeira do país".

PÁGINA 3

ACM: reajuste do mínimo deve excluir Previdência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, vai sugerir ao presidente da República a desvinculação entre o salário mínimo e a Previdência Social. Assim, afirma ele, "será possível dar um reajuste para o mínimo sem quebrar a Previdência". No plenário, o senador Pedro Simon manifestou sua preocupação com o desemprego e elogiou a escolha do tema para a Campanha da Fraternidade deste ano, apontando algumas medidas que poderiam amenizar o problema.

PÁGINA 4

A discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que revoga normas sobre o Sistema Financeiro Nacional, inclusive a que limita em 12% ao ano os juros máximos permitidos no país, deverá ser um dos temas mais importantes desta semana no plenário do Senado.

CCJ vota regras para demissão de servidores

PÁGINA 3

CAS debate reforma agrária com Jungmann

PÁGINA 2

Tebet rejeita venda da Caixa, BB e Petrobras

PÁGINA 5

Estevão critica suspensão das bolsas de estudo

PÁGINA 8

CAS inicia debate sobre política social com Raul Jungmann

Comissão pretende estudar problemas que atingem o país nessa área e fazer sugestões

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) está convocando seus integrantes para audiência pública do ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, na quarta-feira, às 10h. Essa reunião está prevista na agenda de trabalho proposta em requerimento do presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovado no último dia 17.

Conforme o previsto na agenda, nos próximos 120 dias, a comissão deverá discutir em profundidade a política social do governo, debater sua eficiência e sugerir, quando necessário, alterações em seu rumo. Foi por isso que Osmar Dias defendeu a convocação dos gestores das políticas do Poder Executivo, propondo um diálogo na forma de painéis e audiências públicas, a fim de levantar os principais problemas sociais do país.

Ele disse que era impossível apresentar agora uma agenda fechada do conteúdo setorial desses debates. Mas con-



Osmar Dias, presidente da CAS, propôs a série de audiências sobre problemas sociais

siderou importante definir-se logo como indispensável a presença na CAS dos ministros da Saúde, Educação, Agricultura, Previdência Social, Trabalho, Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico, além dos gestores da política habitacional e da assistência social, do secretário executivo do Programa Comunidade Solidária e do presidente do BNDES. A audiência com Raul Jungmann será a primeira.

CRE ouve o embaixador Flecha de Lima

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatina, na próxima terça-feira, às 17h30, Paulo Tarso Flecha de Lima, indicado pelo presidente da República para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália. O senador José Sarney (PMDB-AP) preside a CRE.

O parecer sobre a indicação será apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e, uma vez aprovado, será submetido à deliberação do plenário. Paulo Tarso Flecha de Lima já ocupou a embaixada do Brasil em Londres e nos últimos cinco anos exerceu o cargo de embaixador do Brasil em Washington.

CAE analisa taxas pagas à Anatel

Projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que altera o valor das taxas de fiscalização cobradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) será apreciado amanhã, às 10h, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). O relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-RS), apresentou parecer favorável à proposta.

A CAE discute ainda duas emendas de plenário oferecidas a projeto que cria o Programa Nacional de Extensão Universitária em Saúde, no âmbito da Amazônia Legal. O projeto original é de autoria da deputada Célia Mendes e as emendas foram apreciadas na Casa pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que apresentou parecer favorável.

Dirigente de biblioteca dos EUA faz palestra hoje

O presidente da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, James Bilington, que está em visita ao Brasil até quinta-feira, fará uma palestra hoje na Biblioteca do Senado, quando irá explicar o Projeto Biblioteca Virtual, que se

destina a disponibilizar o patrimônio da biblioteca norte-americana para os usuários no mundo inteiro. A visita de Bilington ao Brasil tem como objetivo estreitar os vínculos institucionais entre as mais importantes bibliotecas

dos Estados Unidos e suas correspondentes brasileiras, e para isso pretende visitar bibliotecas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, incluindo-se as do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Projeto de Resolução nº 19/99, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência - Parsep; e *Projeto de Resolução nº 21/99, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 250 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Terça-feira (23.3.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear os noventa anos de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda, Pernambuco, nos termos do Requerimento nº 89/99, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros senhores senadores
Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 36/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto-SP; *PDL nº 38/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente-SP; e *PDL nº 47/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme-SP.

- Quarta-feira (24.3.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95, que limita as despesas com o funcionalismo público; *PDL nº 44/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itumbiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara-GO; *PDL nº 46/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis-GO; *PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catuípe-RS.

- Quinta-feira (24.3.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 50/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora-MG; *PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha-MG.

Sexta-feira (26.3.99)

- 9h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

COMISSÕES

- Terça-feira (23.3.99)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLS nº 166/98, que altera a Lei nº 9.691/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estado, objeto do Anexo II da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95, que dispõe sobre as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativa; *MSF nº 204/97, que submete à apreciação do Senado Federal o aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; *MSF nº 204/97, que submete à apreciação do Senado Federal o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e a Telecomunicações do Suriname - Telesur; e *PLC nº 13/95, que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagem nº 86/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República italiana. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

Quarta-feira (24.3.99)

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro; *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 13/99, que revoga o art. 112 da Lei nº 9.503/97 - Código Nacional de Trânsito; *PLC nº 15/99, altera dispositivos da Lei nº 8.432/92, que dispõe sobre a transferência de sede de Junta de Conciliação e Julgamento e define jurisdição; *PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; *PLC nº 54/96, que regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das políticas e corpos de bombeiros militares e civis; e *PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 5*

- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *Audiência Pública com o Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Raul Belens Jungmann Pinto. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9*

ESPECIAL

- Quarta-feira (24.3.99)
12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: Olhos Vendados (Los Ojos Vendados), de Carlos Saura. *Auditorio Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota hoje empréstimo do BID

O plenário do Senado votará hoje pedido do governo federal para tomar um empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a bancar o Programa Melhoramento de Bairros (Habitat-Brasil), para obras de saneamento e urbanização.

O pedido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na última terça-feira, ocasião em que também aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando informações à Secretaria

de Desenvolvimento Urbano sobre a quantidade de pessoas beneficiadas pelo Habitat-Brasil. Dutra considerou exagerados os valores previstos para "custos administrativos" (US\$ 20 milhões) e para "desenvolvimento institucional" (US\$ 62,5 milhões).

Também hoje o plenário apreciará uma solicitação do governo federal para tomar empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 5 milhões, destinado ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência.

Melo quer evitar exigências indevidas contra devedor

Direitos que são vedados aos cidadãos também devem ser vedados ao Estado. Baseado nesse princípio, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apresentou projeto de lei estabelecendo que o poder público não pode exigir que seus credores, para efetuar os pagamentos de débitos, cumpram formalidades ou tenham de apresentar documentos "além daqueles que poderiam ser exigidos na data em que o débito foi constituído".

Conforme o senador, sua proposta – que será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – resguarda os direitos das pessoas físicas e jurídicas credoras do poder público, "frequentemente esbulhadas pela inovação unilateral de regras e normas que o Estado brasileiro se consente".

Se nenhum cidadão ou organização



Com o projeto, Melo pretende proteger devedores da União, dos estados e municípios

privada, como credor, pode exigir que seus devedores se submetam a condições unilateralmente estabelecidas, a mesma vedação deve ser estendida ao Estado, argumenta Geraldo Melo.

Simon sugere mudança no trabalho do plenário

Ao felicitar na sexta-feira o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela decisão que permitirá à Casa trabalhar de segunda a sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a pregar uma mudança na agenda dos trabalhos, a fim de que os senadores se reúnam também aos sábados. Ele pediu ao presidente da Casa que influencie os líderes partidários para uma alternativa que permita aos senadores trabalharem diariamente, até esgotarem a Ordem do Dia, quando cada um poderia viajar para seu estado e por lá ficar o tempo necessário:

– Se ficarmos aqui durante 20 dias, que se fique dez dias no estado; se ficarmos aqui durante 30 dias, não se vai nenhum dia para o estado naquele mês; se ficarmos aqui 15 dias, fica-se no estado 15 dias. Ridículo é estarmos aqui às terças-feiras à tarde, quartas e quintas de manhã, e sextas, sábados, domingos e segundas no estado – defendeu o senador.

Conforme Simon, um terço do tem-

po o parlamentar passa no avião; um terço, no estado e um terço, no Senado. "Minha proposta é que esse tempo gasto no avião seja cortado. Aumente-se o tempo no Senado e no nosso estado", recomendou ele. Também argumentou que seria normal que, no próximo mês, na Semana Santa, os senadores pudessem passar toda a semana nos seus estados. "Viajariamos uma vez só", afirmou.

Na opinião do senador, depende do presidente da Casa realizar essa mudança. "Se ele quiser, convence os líderes para fazermos exatamente isso", afirmou. Ele repetiu que os senadores não precisam estar na Casa quando não há pauta a ser cumprida. Se a missão for cumprida no mês, disse ele, todos poderiam tranquilamente ir para os estados e ali ficar até dez dias. "Aliás, é o que se faz em qualquer Parlamento do mundo. O que não se faz é trabalhar dois dias e meio, passar dois dias no avião e dois dias e meio no estado", afirmou.

Senado inicia rediscussão do sistema financeiro

Proposta de emenda constitucional altera texto aprovado em 88 e revoga dispositivo que limita os juros reais em 12% ao ano

O plenário do Senado começa a discutir amanhã proposta de emenda constitucional do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que muda três artigos da Constituição, inclusive o que trata do Sistema Financeiro Nacional. O projeto prevê a revogação de todos os incisos e parágrafos do artigo 192, o qual fixa, entre outras coisas, em 12% ao ano a taxa de juros reais máxima permitida no país.

A matéria será discutida até o próximo dia 29 e, se receber emendas, terá de voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Sem emendas, poderá ser colocada em votação.

José Serra sustenta que o artigo sobre o sistema financeiro aprovado pelos constituintes de 88 é muito mais amplo que as matérias inicialmente discutidas pela comissão que tratou na época de assuntos tributários e financeiros (*Serra foi o relator da comissão*). O artigo 192, por exemplo, não tinha a limitação dos juros reais a 12% que acabou prevalecendo no plenário da Constituinte. Assim, o senador licenciado propõe a revogação de todo o artigo.

O relator da proposta na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM), concorda em alguns pontos com José Serra, mas apresentou parecer mantendo o artigo, com alterações, e retirando todos os seus incisos e parágrafos. Além disso, Jefferson discorda da eliminação de outro artigo, o 52 das Disposições Transitórias, o qual trata das condições para instalação de bancos estrangeiros no Brasil.



Substituto de Jefferson mantém exigência de leis complementares para a regulamentação



O senador licenciado José Serra é o autor da PEC que modifica os artigos do sistema financeiro

José Serra afirma em seu projeto que o artigo 192, ao exigir que sua regulamentação deva ser feita por lei complementar, cuja aprovação exige *quorum* parlamentar elevado, dificultou sua votação pelo Congresso. Para ele, o assunto é muito complexo e os constituintes deveriam ter previsto a regulamentação por lei ordinária, que exige menor número de votos, o que teria possibilitado sua votação.

O senador licenciado e atual ministro da Saúde diz ainda que, se a regulamentação do sistema financeiro era uma tarefa extremamente complexa, acabou por se tornar em "obra quase impossível" quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 1991, que o atual texto da Constituição não permite tratar o assunto em leis separadas, mas apenas numa única lei complementar. Não

bastasse isso, José Serra pondera que "ninguém sabe exatamente o que são juros reais", como menciona o artigo 192. Por tudo isso, ele quer revogar o artigo.

O relator Jefferson Péres apresentou um projeto substitutivo, já aprovado pela CCJ, que mantém a exigência de leis complementares para a regulamentação, mas não em apenas uma única lei. A proposta de Jefferson diz que o sistema financeiro, "em diferentes segmentos, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre as condições de participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram".

Jefferson Péres concorda em que se deve retirar da Constituição o limite de juros de 12%, por considerar a exigência "dissociada da realidade econômica e financeira do país".

CCJ debate demissão de servidores e fim do *kit* de primeiros socorros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), reúne-se na quarta-feira para discutir dez propostas, entre elas dois projetos que tratam da demissão de funcionários públicos para redução de despesas, prevista na reforma administrativa, e fixam normas que os governos devem seguir para se enquadrar nos limites máximos de gasto com pessoal. Pela lei, nenhum estado ou município pode gastar com pessoal mais de 60% de suas receitas líquidas (no caso da União, 50%). Quem estiver fora do limite tem de se adaptar em dois anos.

No caso da demissão de funcionários estáveis, o projeto determina os critérios que devem ser adotados pelos governos ou prefeituras. A escolha dos funcionários para demissão obedecerá a normas impessoais e a seleção deve levar em conta quem tem menos tempo de ser-

viço público, maior remuneração, menor idade e menor número de dependentes. As vagas obtidas devem ser fechadas e, por quatro anos, o estado ou município não pode criar qualquer função igual ou semelhante.

Na mesma reunião da CAE de quarta, os senadores vão discutir o projeto de lei, já aprovado pelos deputados, que acaba com a exigência do *kit* de primeiros socorros nos carros prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro. O relator da matéria é o senador Romeu Tuma (PFL-SP).



Tuma relatará projeto da Câmara que acaba com o *kit* de primeiros socorros

O autor do projeto, deputado Padre Roque (PT-PR), defende o fim do *kit* afirmando que ele "é inútil, caro e perigoso". Sustenta ainda ser "voz comum que ele poderá causar sérios prejuízos, se usado inadequadamente", e a "única razão da sua existência é fomentar o lucro dos fabricantes dos materiais e equipamentos e dos revendedores". Diz ainda Padre Roque que os motoristas e a população nada têm a ganhar com a exigência do *kit*.

Ademir defende manutenção da Justiça do Trabalho

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou na sexta-feira a proposta de extinção da Justiça do Trabalho e a forma como estão sendo conduzidas as discussões sobre o Poder Judiciário. No entanto, ele admitiu que a Justiça merece sérias reformas, por conter resquícios de corrupção e autoritarismo.

Para Ademir, o que se deve combater na magistratura é a regalia, o nepotismo, a morosidade de certos tribunais "e não o trabalho da Justiça de tentar igualar os desiguais, pois são desiguais o empresário e o trabalhador".

O senador atribuiu a ofensiva dirigida contra o Judiciário e, em especial contra a Justiça trabalhista, ao projeto neoliberal do governo Fernando Henrique. Conforme Ademir, "vale salientar que a onda neoliberal também se sente tolhida pela Justiça trabalhista, caracterizando-a como um obstáculo que precisa ser eliminado, na exata medida em que a Justiça do Trabalho nasceu para garantir os direitos dos trabalhadores, parte mais fraca na relação social capital-trabalho".

O senador salientou que, apesar das inúmeras falhas atribuídas à magistratura, "e que em muitos casos são procedentes", o fato é que os juizes se baseiam em leis que são elaboradas "por nós no Legislativo". Ou seja, disse ele, "é o caso típico do sujo falando do mal lavado".

Cândido pede apuração de explosão em monumento

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) registrou que o ministro do Exército, Gleuber Vieira, "diante do clamor da opinião pública", determinou a abertura de inquérito policial-militar para apurar as denúncias referentes à explosão do Monumento de Volta Redonda, erigido em memória aos metalúrgicos William Fernandes Leite, Carlos Augusto Barroso e Waldir Freitas Monteiro. Os



Cândido pretende evitar repetição de episódios como o de Volta Redonda

operários, destacou o senador, foram mortos "em uma sangrenta ação do Exército", em novembro de 1988, quando tropas foram designadas para retomar o controle da Companhia Siderúrgica Nacional ocupada pelos trabalhadores em greve.

O parlamentar lembrou que o monumento, inaugurado no dia 1º de maio de 1989, foi destruído menos de 24 horas depois.

— O que não se pode fazer é deixar que fatos como estes caiam no esqueci-

do ao reportar-se aos casos do Banco Econômico, Banco Nacional, Encol e outros, ele lembrou que não se tem notícia de que qualquer responsável tenha sido preso. Diante disso, prosseguiu o senador, é o caso de se perguntar: "É culpa do Judiciário ou culpa nossa, que fazemos leis que facilitam os poderosos a não cumprirem a pena?"

De acordo com o senador, a população brasileira, com a "estabilização da moeda", tem recorrido aos diversos órgãos da Justiça, inclusive a trabalhista, numa frequência jamais vista, "face ao grande índice de fechamento dos postos de trabalho e a inadimplência do setor produtivo, acarretando, pois, o desemprego e o não pagamento das verbas trabalhistas, como por exemplo depósitos em contas de FGTS, atraso de salário, de férias etc".

Em aparte, os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS) se solidarizaram com Ademir. Lando afirmou que os direitos trabalhistas conquistados "a duras penas através de séculos de luta" estão ameaçados pelos defensores do neoliberalismo. Para Tebet, em um país que se caracteriza pelas "profundas desigualdades econômicas e sociais como o Brasil, é inadmissível pensarmos na extinção da Justiça do Trabalho".

mento, sob pena de que período tão lamentável de nossa recente história volte a se repetir.

Geraldo Cândido disse que o assunto voltou à tona devido a uma série de reportagens publicadas no *Jornal do Brasil*. "Nas reportagens, o ex-capitão do 1º Batalhão de Forças Especiais do Exército, Dalton de Melo Franco, hoje, acusa o general, e àquela época coronel Álvaro Pinheiro, comandante daquela unidade", disse.

Segundo o depoimento do ex-capitão, relatado pelo senador, o seu superior teria dado ordens para que ele explodisse o monumento em homenagem aos trabalhadores mortos de Volta Redonda, missão que teria recusado.

— Na entrevista, o ex-militar contou que o Exército avaliou o monumento como uma afronta, e o mais estarrecedor é que missões dessa natureza eram recebidas diretamente do gabinete do ministro — continuou Geraldo Cândido.

ACM quer desvincular salário mínimo da Previdência Social

Somente com a desvinculação, prevê o senador, será possível garantir aumento aos trabalhadores sem afetar as contas públicas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu na sexta-feira a desvinculação entre o salário-mínimo e a Previdência Social, a fim de que se possa "dar um aumento para o mínimo, pois o atual é irrisório, sem quebrar a Previdência". O senador entende que o governo ainda tem tempo de propor um projeto desse tipo para vigorar neste ano e anunciou que vai levar a sugestão ao presidente da República.

Antonio Carlos lembrou que vem defendendo a desvinculação entre o salário-mínimo e a Previdência Social desde 1995. De outra forma, acrescentou, os inativos acabam prejudicando o aumento salarial para os trabalhadores da ativa.

CPI

O senador previu para "quarta ou



Antonio Carlos anuncia até quinta sua proposta de CPI para o Judiciário

quinta-feira" da próxima semana a apresentação de sua proposta formal de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar irregularidades no Judiciário, com um pronunciamento no plenário da Casa. Ele fez questão de apontar o Supremo Tribunal Federal (STF) como "exemplo para a Justiça brasileira", e manifestou esperança de que "a Justiça aja como o Supremo".

Simon lamenta índice de desemprego ao elogiar Campanha da Fraternidade

A importância do tema da Campanha da Fraternidade deste ano — o desemprego — foi destacada na sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), quando lembrou que um terço da população do mundo está desempregado. Ele lembrou que o desemprego é plataforma de campanha de políticos de todo o mundo, mas afeta principalmente os países pobres, como o Brasil, que não têm uma eficiente rede de proteção social.

Simon, que anualmente aborda o tema da campanha, desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), comentou que a edição de 1999, com o lema "Sem trabalho... por quê?", foi elaborada com base em um livro de 140 páginas dividido em três partes intituladas: "Ver", "Julgar" e "Agir". Na primeira, são apresentadas as causas e conseqüências do desemprego. Na segunda, "os bispos brasileiros mostram sua indignação ética diante da grandeza que assumiu a questão", afirmou Simon. Na terceira, oferecem soluções que a Igreja considera moralmente sustentáveis.

Dados extraídos do livro e citados por Simon mostram que 56% da população latino-americana trabalham no mercado informal. É neste mercado que foram criados 84% dos 17 milhões de postos de trabalho que surgiram na América Latina e no Caribe entre 1990 e 1995. O documento informa também que, apenas no setor bancário, foram eliminadas 755 mil vagas, entre julho

de 1994 e dezembro de 1996. No setor industrial, a queda nos empregos foi de 16%; no entanto, a produção do setor cresceu 34% entre 1994 e 1996. Entre os mais jovens, a situação é ainda pior. O livro mostra que a taxa de desemprego dos adolescentes entre 15 e 19 anos na Grande São Paulo saltou de 18,68% para 39,8%, de 1989 a 1996. Há ainda 3,3 milhões de crianças entre

10 e 14 anos — ou 18,7% do total — que em 1995 trabalhavam para ajudar suas famílias. Trabalho, destacou o senador, que é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O parlamentar apontou medidas que, segundo crê, poderão ajudar a superar o desemprego. Primeiramente, elogiou o ministro da Agricultura, Francisco Turra, que pretende levar de volta ao campo três milhões de famílias que, embora pequenas proprietárias de terra, foram desestimuladas a extrair dela seu sustento, ingressando nas legiões de famintos que engrossam os contingentes de desempregados das grandes cidades.

Pedro Simon sugeriu também a criação de um "gigantesco programa nacional de construção de moradias populares". Neste programa, propôs o senador, as prefeituras dariam os terre-

brevemente ao Legislativo, a "questão da Justiça" (referência à CPI do Judiciário) e o disciplinamento de responsabilidades entre estados e municípios no que diz respeito a obras de saneamento, conforme propõe projeto em tramitação de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP).

Quanto à tese lançada pelo governador de São Paulo, Mário Covas, no sentido de que o Legislativo e o Judiciário também adotem a Lei Camata para limitar seus gastos com pessoal, o presidente do Senado disse que "concorda com a idéia". Antonio Carlos lembrou que o Senado já vem reduzindo seus gastos e seu contingente de funcionários. O programa de demissão voluntária a ser oferecido aos funcionários lotados no Rio de Janeiro e que eventualmente não aceitem sua transferência para Brasília, com o fim da representação do Senado na cidade, foi apontado como exemplo. "E se for necessário, ele (o PDV) será ampliado", acrescentou.



Simon sugeriu programa de construção de moradias populares

nos para a construção das casas; os governos estaduais fariam as obras de infra-estrutura; e a União financiaria a compra do material, com as casas sendo construídas em sistema de mutirão. Além de diminuir o desemprego, a proposta reduziria o imenso déficit habitacional do país.

O senador defendeu ainda a criação de um "Banco do

Povo", que já tem iniciativas esparsas em algumas capitais brasileiras. Lembrou o caso de Bangladesh, onde três milhões de pessoas passaram de desempregados a microempresários. O senador concluiu seu discurso afirmando que muito se debate e nada acontece.

— Para o Proer (programa de reestruturação do sistema bancário), R\$ 30 bilhões. Para o Pronafinho (diminutivo de Pronaf, Programa Nacional de Agricultura Familiar), R\$ 30 milhões — protestou.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), em seu discurso, elogiou as declarações de Simon no tocante à agricultura e denunciou a diminuição da área plantada no país nos últimos anos e a falta de uma política agrícola para o setor por parte do governo.

Tebet: Caixa, BB e Petrobras "são inegociáveis"

Para senador, as três estatais representam um patrimônio dos brasileiros. "Quando se fala em fechar ou vender órgãos ou estatais, não se pode pensar apenas em termos monetários ou financeiros", advertiu parlamentar

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) conclamou o governo na sexta-feira a acabar com os boatos e pressões para a privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, com uma declaração firme de que essas estatais são inegociáveis. "Não existe uma negação peremptória, o que vejo são declarações um tanto dúbias de integrantes da equipe econômica sobre 'estudos e consultoria' de um possível desmembramento e venda dessas estatais", observou.

Para Tebet, essas estatais representam um patrimônio da pátria brasileira. "Quando se fala em fechar ou vender órgãos ou estatais não se pode pensar, apenas, em termos monetários ou financeiros. É preciso dimensionar sua importância em função dos serviços prestados ao cidadão. Gostaria que o presidente Fernando Henrique passasse à história como o dirigente que não vendeu essas três estatais estratégicas."

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse não acreditar que o presidente queira vender essas estatais, mas reconheceu haver muita pressão de grupos privados e estrangeiros nessa direção. "Para garantir que não haja essa venda, é preciso que

o governo crie condições de saúde e rigidez financeira nessas empresas. O BB, por exemplo, há muito é a 'Casa da Mãe Joana'. Lá estão R\$ 4 bilhões de títulos financeiros poderes da prefeitura de São Paulo. O Senado pode dar sua contribuição, impedindo esse endividamento sem controle", acrescentou.

Também em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comparou o BB aos demais símbolos da Pátria, como o Hino e a Bandeira. Para Amir Lando (PMDB-RO), o governo não pode privatizar o BB, a CEF e a Petrobras porque "tudo está sendo vendido e os problemas continuam". O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) conclamou Fernando Henrique Cardoso a determinar um



Tebet gostaria que o presidente passasse à história como aquele que não vendeu as três estatais

posicionamento claro da equipe econômica contra essa privatização. "Estou firme nessa posição, até contrariando diretoria de meu partido", disse.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) lembrou que os partidários da privatização argumentam ser baixa a produtividade das estatais. "Isso é uma falácia porque não se analisa o papel social dessas instituições. Quanto vale distribuir cidadania?", perguntou.

Para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o governo está se esquecendo que sua função primordial é dar bem-estar social à população. "Privatizar os dois únicos bancos nacionais que restam será um desastre", argumentou, instando seu partido, o PMDB, a fechar questão contra essa venda.

Hartung destaca caráter inovador da lei das ONGs

Ao superar a distinção entre estatal e privado, entendendo como públicas as ações desenvolvidas pelas entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, o projeto de lei recentemente aprovado pelo Senado e prestes a ser sancionado pelo presidente da República é inovador, disse o senador Paulo Hartung (PSDB-ES), por fortalecer o chamado "terceiro setor":

— A descentralização da prestação de serviços públicos à sociedade é um passo importante na construção de um Estado contemporâneo e democrático — opinou.

O projeto, continuou o senador, simplifica o mecanismo de reconhecimento

to institucional das entidades sem fins lucrativos, "efetivamente voltadas para a produção de bens e serviços de caráter público", e institui o termo de parceria entre o governo e essas entidades, instrumento "que dará maior agilidade gerencial aos projetos e criará condições efetivas de controle e avaliação dos resultados".

Na opinião de Hartung, essas organizações da sociedade civil já demonstraram sua capacidade na geração de projetos e na mobilização dos recursos necessários à sua implementação, sobretudo nas áreas de prestação de serviços sociais. Elas adquiriram maior visibilidade na década de 80, afirmou, e acabaram por se tornar importantes atores da esfera pública.

O projeto, de iniciativa do Executivo, começou a ser elaborado em julho de 1997 pelo Conselho da Comunidade Solidária e adquiriu seu formato final após "intensas negociações entre a União e as organizações do chamado terceiro setor", disse. Com a sanção presidencial, "serão beneficiadas com recursos governamentais as entidades civis sem fins lucrativos que promovam, entre outros, a cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a segurança alimentar e nutricional; a preservação e conservação do meio ambiente; e a realização de estudos e pesquisas com vistas ao desenvolvimento de tecnologias alternativas", acrescentou o senador.



Para Hartung, lei simplifica o reconhecimento das instituições sem fins lucrativos

Marina critica fechamento de escritórios da Dataprev

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez um apelo na sexta-feira ao ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, para que reconsidere a extinção dos escritórios da Dataprev sediados nos estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. "Não entendo por que o governo, sempre que pensa em contenção de despesas, pensa em tirar de quem já não tem", disse. Marina explicou que os serviços desses escritórios serão incorporados pelos escritórios de Mato Grosso e do Pará.

Marina Silva explicou que o peso do escritório acreano, por exemplo, no orçamento do INSS é de apenas 0,33%. "Isso poderia cair para 0,19% se fossem transferidas as ações e o escritório da Dataprev para o prédio do INSS. Segundo Marina, essa extinção criará várias dificuldades para os beneficiários do INSS em relação ao atendimento e agilização de processos.



Marina criticou medida adotada pelo governo



Patrocínio lembrou o personagem "Jeca Tatu", de Monteiro Lobato, que sofria de esquistossomose

Patrocínio celebra vacina contra a esquistossomose

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou que uma brasileira, a médica Miriam Tendler, desenvolveu, com sua equipe da Fundação Osvaldo Cruz e do Instituto Butantã, uma vacina inédita contra a esquistossomose. A vacina é obtida a partir da produção, em laboratório, da molécula de uma proteína chamada SM14.

Patrocínio, que também é médico, comemorou a aprovação da vacina pela Organização Mundial de Saúde (OMS), fato que a seu ver coloca o Brasil na vanguarda da luta contra a esquistossomose, doença que atinge hoje, segundo ele, 12 milhões de brasileiros, "mais que o dobro do número de habitantes do Paraguai".

Ao parabenizar a Dra. Miriam Tendler pelo feito, o senador lembrou que há 15 anos ela faz pesquisas com o intuito de extinguir o mal

no Brasil.

O parlamentar lembrou "Jeca Tatu", personagem de Monteiro Lobato que sofria de barriga d'água — nome popular da esquistossomose — para mostrar a imagem de preguiçoso e desinformado do nosso caboclo.

Para ele, mesmo com a descoberta da vacina, somente quando a educação básica atingir todos os brasileiros, erradicando o analfabetismo e levando noções de sanitarismo, é que o Brasil estará livre de doenças como a esquistossomose.

— Enquanto essa "idade de ouro" não chega; enquanto a educação não se torna o principal instrumento da medicina preventiva, que a primeira vacina parasitária do mundo torne a Dra. Miriam Tendler a libertadora dos 12 milhões de Jecas do Brasil — acrescentou Carlos Patrocínio.

O QUE É ESQUISTOSSOMOSE?

É uma doença grave, também conhecida como "barriga d'água", causada por um verme *Schistosoma mansoni*, que ataca o fígado e o intestino do homem. Quando tratada, tem cura.

COMO SE PEGA?

As fezes de uma pessoa já contaminada contém as larvas do verme, que penetram nos caramujos existentes nas fontes de água. As larvas penetram pela pele de quem beber ou tomar banho.

SINTOMAS

FASE INICIAL

- Coceira no corpo (coincide com a penetração da larva na pele).
- Febre.
- Moleza no corpo e torturas.
- Tosse.
- Falta de apetite.
- Dores abdominais.
- Diarréia (pode ter catarro e sangue).

FASE GRAVE

- Baço e fígado aumentados.
- Barriga d'água.
- Vômito com sangue.
- Fraqueza.

Lobão pede prioridade para hidrovias e ferrovias

Senador observa que opção por rodovias deteriorou-se não apenas pelas dificuldades econômicas, mas pela necessidade de se adotar outro modelo mais eficiente, com ênfase em meios até agora pouco explorados

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse na sexta-feira, em discurso no plenário, que a inauguração da eclusa das três primeiras unidades de geração da usina hidrelétrica de Porto Primavera, batizada de "Engenheiro Sérgio Motta", permitirá a navegação de comboios com carga de até 6 mil toneladas, interligando os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul com o Mercosul. Lobão ressaltou a importância dos transportes ferroviários e aquaviários e pediu a conclusão da Ferrovia Norte-Sul.

A eclusa de Porto Primavera,

inaugurada no dia 23 de fevereiro, enriquecerá a vasta região de abrangência, segundo Lobão, e é um estímulo para que o governo dê continuidade aos programas de desenvolvimento do país. A eclusa está dimensionada para gerar 1,8 milhão de quilowatts de energia elétrica.

Quanto à Ferrovia Norte-Sul, o senador pediu a conclusão de 1.600 quilômetros, que, segundo ele, estão estimados em US\$ 1,5 bilhão. Lobão considera esse custo pequeno se comparado com o dos juros da dívida brasileira e com os recursos desembolsados

pelo Tesouro para o Proer, programa que socorreu os bancos durante seus ajustes financeiros.

O modelo de transportes adotado pelo país, acrescentou, deve ser repensado, dando-se prioridade para os ferroviários e aquaviários, pois são opções que oferecem mais vantagens no mercado internacional.

– As ferrovias e hidrovias, na verdade, podem e devem constituir-se em fator preponderante de desenvolvimento de novas e vastas regiões brasileiras, desde que integradas em eixos intermodais eficientes, como ocorre em na-



Lobão: Ferrovia do Aço, Transnordestina e Norte-Sul alavancam desenvolvimento

ções continentais – disse o senador.

Para Lobão, os planos de construir a Ferrovia do Aço, a Transnordestina e a Norte-Sul são importantes para "alavancar o desenvolvimento brasileiro". O senador observou que a deterioração do transporte rodoviário, modelo até então adotado pelo país, não é apenas reflexo das dificuldades econômicas do Brasil, que já privatizou boa parte do setor. O que ocorre, acrescentou, é a necessidade de adotar outro modelo mais eficiente, com ênfase nas ferrovias e hidrovias.

Mozarildo defende Calha Norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu na sexta-feira a revitalização do programa Calha Norte como instrumento para a intensificação da presença brasileira na faixa da fronteira norte e para a fortalecimento das bases do desenvolvimento sustentável.

"Criado em 1986, o programa chegou a ter R\$ 47 milhões de dotação orçamentária em 1989, mas depois de 94, tem recebido apenas 4 milhões anuais", disse o senador.

Segundo Mozarildo, o Calha Norte vai além de vigilância da região de interesse político-estratégico, podendo constituir um projeto governamental arrojado e de considerável alcance social. "Não



Mozarildo considera o Calha Norte um programa arrojado e de elevado alcance social

se trata, apenas, de defender recursos financeiros, mas também de conchamar ministérios, entidades acadêmicas e não-governamentais e governos estaduais da

região a integrar o programa às suas ações pontuais, congregando esforços para promover o desenvolvimento e a melhoria de qualidade de vida na região".

Entre as realizações sociais do Programa Calha Norte, Mozarildo listou a fundação de hospitais em São Gabriel da Cachoeira, a construção e ampliação de quase três dezenas de aeródromos, a construção de 200 km da BR-116, a implantação do Colégio Agropecuário de Benjamin Constant, a construção de numerosos poços tubulares para fornecimento de água potável, recuperação de 100 salas de aula e equipamento de 15 centros de saúde, além da atenção a 36 áreas indígenas.

Senador quer dividir estados grandes

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) volta a defender a criação de novos estados no Brasil em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30. Pela proposta do senador, a divisão seria a partir do Amazonas, Mato Grosso e Pará, que somam quase a metade da área territorial do país.

Mozarildo Cavalcanti acredita que estados como o Amazonas são ingovernáveis e, com a divisão, teriam mais chance de propiciar uma melhoria de vida dos habitantes, decorrente do desenvolvimento mais rápido. O projeto do senador prevê a realização de um plebiscito junto com as eleições municipais do ano que vem. Se aprovados, os novos estados seriam implantados a partir de 2003, após a eleição dos governadores, em 2002.

Amir Lando propõe revogação de portaria

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu a revogação de portaria do Ibama que determina a suspensão, por 120 dias, de todas as autorizações de desmatamento na região amazônica, mesmo aquelas já concedidas. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado, a critério do próprio Ibama.

Na opinião do senador, caso as determinações da portaria sejam acatadas "ao pé da letra", as atividades econômicas mais importantes da região estarão sendo paralisadas. "O uso racional da madeira é uma das principais atividades geradoras de empre-



Amir Lando vê risco de paralisação das atividades

go e renda na Amazônia e não faltam leis ambientais capazes de coibir os abusos, basta que sejam cumpridas", explicou.

Amir Lando fez questão de ressaltar que existem várias empresas trabalhando com a extração e o beneficiamento de madeira, sem que suas atividades estejam necessariamente causando prejuízo ambiental. A principal crítica do senador refere-se ao fato de que setores que utilizam a madeira como insumo básico e que fazem a exploração de forma racional foram iguados àqueles que causam danos à floresta.

Ronaldo lamenta não ter sido informado da ida de ministro a Campina Grande

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) lamentou na sexta-feira, em comunicação feita ao plenário, ter sido surpreendido com a visita do ministro-chefe da Secretaria de Políticas Regionais, Ovídio de Angelis, a Campina Grande (PB), cidade natal do senador. O parlamentar lembrou que temido à tribuna do Senado, "de forma enfática e até repetitiva", para falar da ameaça de uma "catástrofe em relação ao abastecimento d'água" para Campina Grande e cidades vizinhas, assunto da visita do ministro à região.

O problema, segundo o senador, é o nível de água do açude Boqueirão. Sua capacidade total, de 536 milhões de metros cúbicos de água, está reduzida a 80 milhões. Ronaldo Cunha Lima lembrou que, há dois dias, afirmou em discurso que a chegada das chuvas devolvia à região alguma esperança.

O senador disse ter tomado conhecimento da viagem do minis-

tro ao ligar para a Secretaria na sexta-feira pela manhã. Ele considerou muito estranho o fato de ter falado tantas vezes sobre o assunto na tribuna e o ministro, que é de seu partido, não lhe ter informado sobre a viagem. Ronaldo afirmou que também não houve qualquer comunicação "ao deputado Carlos Dunga, único deputado federal da cidade, ou ao prefeito Cássio Cunha Lima, profundamente preocupado com o problema".

Ronaldo Cunha Lima perguntou ao senador Geraldo Melo (PSDB-RN) se este fora informado da viagem do ministro – que também passaria pelo Rio Grande do Norte –, obtendo resposta negativa.

– A impressão que se tem é de que os ministros não estão a ouvir os apelos que saem desta tribuna do Senado. Só espero que esta visita realmente seja técnica e que não esteja por trás dela algum jogo de cena de alguém que queira se aproveitar dessa situação difícil – disse.



Ronaldo diz que ministros dão a impressão de que não ouvem apelos que saem da tribuna do Senado

Cultura ao Meio-Dia mostra na quarta *Olhos Vendados*

O projeto Cultura ao Meio-Dia, promovido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, apresenta na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, o filme *Olhos Vendados*, do diretor espanhol Carlos Saura. Contando com a participação da atriz Geraldine Chaplin, o filme é um protesto contra qualquer modalidade de tortura e, mesmo apresentando uma postura política de oposição à ditadura franquista, escapa do mero panfletarismo ao universalizar seu discurso. O Cultura ao Meio-Dia exibe filmes todas as quartas-feiras, ao meio-dia, é aberto ao público em geral e tem entrada franca.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - *Senado em Pauta*
7h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Restauradora
7h30 - *Especial Unip* - Botânica - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Hidroginástica para gestantes
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
9h30 - *Entrevista* - O senador Mozarildo Cavalcanti defende a criação de novos estados no Brasil
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Cores do Brasil* - Sergipe
10h55 - *Senado em Pauta*
11h - *Especial Unip* - Botânica - 1ª parte
11h30 - *Espaço Cultural* - Quarteto de Brasília
12h30 - *Entrevista* - O senador Mozarildo Cavalcanti defende a criação de novos estados no Brasil
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Diamantina
13h30 - *Cidadania* - O juiz da Infância e Juventude, Mauro Campelo, e a psicóloga Geisa Brasil falam sobre o "Prêmio Sócio-Educando"
14h30 - *Sessão Plenária* (ao vivo)
18h30 - *Entrevista* - O senador Mozarildo Cavalcanti defende a criação de novos estados no Brasil

18h55 - *Senado em Pauta*
19h - *Cidadania* - O juiz da Infância e Juventude, Mauro Campelo, e a psicóloga Geisa Brasil falam sobre o "Prêmio Sócio-Educando"
20h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
20h30 - *Entrevista* - O senador Mozarildo Cavalcanti defende a criação de novos estados no Brasil
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Cidadania* - O juiz da Infância e Juventude, Mauro Campelo, e a psicóloga Geisa Brasil falam sobre o "Prêmio Sócio-Educando"
22h - *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Fogaça vê bom momento do cinema como fruto do real

O sucesso de filmes como *Central do Brasil* está ligado, segundo o senador, ao crescimento econômico e à estabilidade da moeda

O senador José Fogaça (PMDB-RS) atribuiu na sexta-feira o bom momento que vive o cinema nacional a dois fatores: crescimento econômico e estabilidade da moeda. "Estamos vivendo o terceiro ano consecutivo de indicação para o Oscar de um filme brasileiro, *Central do Brasil*, depois de *O Quatrilho* e *O que é isto, Companheiro?*" "Não se trata de uma coincidência, é o resultado do bom momento econômico que apresentou o Plano Real."

Fogaça lembrou que, no governo JK, quando a inflação ainda não havia se tornado um problema insustentável e crônico, também havia crescimento econômico e estabilidade da moeda. "Foi a época da Bossa Nova, que inscreveu o Brasil no folclore urbano universal e consagrou Antonio Carlos



Fogaça comparou atual momento cultural ao do governo JK

Jobim como um músico de nível internacional, ao lado de muitos outros valores da música popular brasileira."

Para Fogaça, nem mesmo a democracia é imprescindível para o florescimento cultural. "Na década dos anos 70, com tanta repressão política e cultural, surgiu a música popular bra-

sileira com Caetano, Gil, Milton Nascimento e Elis Regina. Apesar da censura, da invasão de teatros e tanta violência, mesmo assim o Brasil viveu um momento intenso de produtividade cultural porque, mais uma vez, tínhamos estabilidade da moeda ao lado do crescimento econômico", explicou.

Luiz Otávio elogia jornal paraense

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) registrou na sexta-feira o prêmio recebido pelo *O Liberal*, como melhor jornal do estado do Pará. Essa é a 14ª vez que o jornal recebe a premiação, entregue anualmente pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Com mais de 50 anos de existência, *O Liberal* chega às vésperas do ano 2000 na posição de um dos mais respeitados jornais brasileiros, recebendo esse prêmio, conhecido como o "Oscar do Varejo". A credibilidade, ao lado dos avanços tecnológicos, faz do jornal uma referência no panorama das comunicações - disse o senador, em manifestação de aplauso.

Luiz Otávio fez um histórico do jornal, destacando o fato de que, em 1966, o empresário Rômulo Maiorana adquiriu seu controle "contra todas as previsões de que estaria fazendo um péssimo negócio". Porém, em dez anos, disse, *O*

Liberal já era o jornal de maior circulação da Amazônia.

O senador destacou também o papel do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação, do qual *O Liberal* faz parte, no estado. Luiz Otávio afirmou que o conglomerado realizou grandes feitos para o povo do Pará em sua história e recordou que até pouco tempo atrás apenas cerca de 40 dos 143 municípios do Pará recebiam o sinal da Rede Globo,

retransmitido pelo sistema. Hoje, comparou, esse número chega a quase 100.

Queremos que a televisão chegue aos 143 municípios. Roberto Marinho, Rômulo Maiorana Jr. e o governador Almir Gabriel têm essa missão para que a população possa participar das notícias de seu estado, por meio dessa empresa moderna e aguerrida, que faz parte do primeiro mundo da comunicação - declarou Luiz Otávio.

Luiz Otávio considera *O Liberal* um dos mais respeitados jornais brasileiros



Secs promove seminário de comunicação

A Secretaria de Comunicação Social (Secs) do Senado Federal promove nos dias 25 e 26 de março, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, o seminário *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*. O evento, que tem como objetivo levar aos gabinetes dos senadores uma visão atualizada dos serviços disponíveis na área de comunicação da Casa, é destinado a assessores de imprensa e chefes de gabinete dos senadores.

Além de apresentar todos os seus serviços disponíveis e as maneiras de utilizá-los, a Secretaria de Comunicação Social pretende, durante o seminário, fazer um levantamento entre os participantes para avaliar o trabalho que o órgão desenvolve atualmente, e

se há necessidade da implantação de novos serviços.

Hoje o Senado divulga suas ações para a sociedade através da TV, Rádio, Agência e *Jornal do Senado*, além da *home page* na Internet, que pode ser acessada através do endereço <http://www.senado.gov.br>. Serviços como *A Voz do Cidadão* (telefone gratuito 0800-612211 para recolhimento de críticas e sugestões) e o projeto *Visite o Senado* (visitas guiadas às dependências da Casa) também ampliam a interação com a população.

PROGRAMAÇÃO

A abertura do seminário será feita pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, às 14h30 do dia 25. Logo em se-

guida, o jornalista Helival Rios fará uma apresentação sobre a Subsecretaria de Divulgação e Integração. Às 15h15, Marilena Chiareli falará sobre a TV Senado, seguida por Sílvio Hauagen Soares, responsável pela palestra referente à Rádio Senado.

No segundo dia, José do Carmo Andrade abrirá a série de palestras, às 9 horas, expondo sobre a Agência Senado. Depois, Flávio de Mattos fará sua exposição sobre o *Jornal do Senado*. Às 9h45, Vinícius Becker falará sobre a Subsecretaria de Relações Públicas, seguido de Marco Antonio Paes Reys, cuja exposição será sobre a Subsecretaria de Projetos Especiais. A palestra sobre a Subsecretaria Técnica e Eletrônica será feita por Narciso Mori Júnior.

Estevão defende manutenção de bolsas de estudo

Representante do Distrito Federal alerta que interpretação equivocada da lei das entidades filantrópicas por parte do Ministério da Previdência levará à suspensão do benefício para 610 mil estudantes

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) lamentou na sexta-feira a suspensão de bolsas de estudo pelas escolas privadas, a partir de março e abril, em virtude da aprovação da Lei nº 9.732, que regulamenta a concessão de benefícios fiscais a entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos. Ele reconheceu que a lei corrigiu um desvio de comportamento de diversas entidades que não praticavam a filantropia e usufruíam de lucros, mas afirmou que o Ministério da Previdência está cometendo um "colossal equívoco" na proposta de regulamentação da lei, que poderá deixar 610 mil estudantes sem escola.

Segundo o senador, o artigo 4º da lei estabelece que os valores das bolsas de estudo concedidas poderão ser abatidos das contribuições, inclusive a previdenciária. Ele lembrou que durante a aprovação da lei no Congresso Nacional, em diálogo mantido entre o deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS) e o então relator, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), foi esclarecido que o entendimento do artigo 4º era o de que a integralidade do valor das bolsas de estudo concedidas poderia ser abatida da contribuição previdenciária devida pela escola.

— Essa foi a vontade do Congresso, essa foi a manifestação explícita do

relator, mas não é isso que o Ministério da Previdência pretende fazer na regulamentação. Em minuta já aprovada, o ministério pretende que o valor de dedução a ser aplicado sobre a contribuição do INSS, referente à concessão de bolsas de estudo, seja proporcional à receita total auferida pela escola. Assim, uma escola que concedesse R\$ 200 mil em bolsas aos seus alunos poderia abater apenas 25% desse valor, ou seja, R\$ 50 mil da sua contribuição. Evidentemente, dessa forma, milhares e milhares de alunos perderão suas bolsas de estudo — protestou o senador.

Luiz Estevão explicou que no dia 25 de fevereiro o senador Jader Barbalho enviou carta ao ministro da Previdência fazendo esse reparo e cobrando que, na regulamentação, o governo se ativesse àquilo que foi decidido pelos parlamentares.



Luiz Estevão diz que ministério está cometendo um "colossal equívoco"

O pronunciamento do senador Luiz Estevão sobre a suspensão das bolsas de estudo em decorrência da regulamentação da chamada lei das entidades filantrópicas recebeu manifestações de apoio em plenário. Ele anunciou também que pretende propor alterações no texto.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que votou favoravelmente à Lei nº 9.732 por entender que as escolas poderiam abater integralmente dos impostos os valores relativos às bolsas de estudo concedidas. Ele lembrou que há dois anos o Ministério da Educação não cumpre com o crédito educativo, "piorando a situação do aluno carente", e informou ter reapresentado projeto que permite a utilização do FGTS para o pagamento de mensalidades escolares.

Carlos Patrocínio (PFL-TO) comentou que não se pode tirar alunos da escola quando o governo faz propaganda dizendo que toda criança tem que

estar na escola. Disse que pretende convocar os gestores do crédito educativo para explicar na Comissão de Educação o que está acontecendo. Para o senador, o aluno tem direito de processar as autoridades se não lhe for assegurada uma vaga na escola.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que o governo está cometendo "equivocos aberrantes" quando o Ministério da Previdência interpreta a lei dessa forma. Observou que o poder público não tem condições de oferecer as vagas necessárias no ensino fundamental e muito menos no universitário, levando a maior parte dos estudantes para a rede privada. Segundo Mozarildo, isso ocorre não por culpa dos estudantes nem das entidades filantrópicas, mas pela falta de ação do governo.

Luiz Estevão adiantou que vai apresentar duas propostas para corrigir o artigo 4º da Lei nº 9.732. A primeira trata da concessão integral de bolsas de estudo. Segundo o senador, a análise das bolsas concedidas demonstra que a demanda é de cerca de 20% pela gratuidade absoluta e 80% pela bolsa parcial, porque são alunos que têm ren-

da para pagar parte da mensalidade. No entanto, explicou, pelo texto aprovado essa bolsa parcial não pode ser abatida da contribuição previdenciária.

A outra proposta trata do conceito legal de "carente". Segundo Estevão, é uma pessoa com renda inferior a R\$ 63,00. "Ao dizer que apenas e exclusivamente a pessoas com esse perfil de renda pode ser concedida bolsa de estudo numa instituição de ensino, praticamente estamos inviabilizando a concessão das bolsas", explicou, acrescentando que pessoas que ganham R\$ 800,00 ou R\$ 900,00 não têm condições de arcar com mensalidades em torno de R\$ 300,00 ou R\$ 400,00.

O senador informou ainda que está solicitando audiência com o ministro para, junto com lideranças estudantis do Distrito Federal, discutir e alertar para a gravidade das consequências dessa regulamentação. Luiz Estevão também pretende solicitar o exame da matéria ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, "porque o maior absurdo que se pode cometer contra uma pessoa é inviabilizar que ela, após anos e anos de esforços, conclua a sua formação".

Alcântara saúda resultados do primeiro ano do Fundef

O Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) está completando um ano de funcionamento e, apesar de ter sofrido desvio de recursos por parte de alguns prefeitos, vem contribuindo para a melhoria da educação básica, afirmou na sexta-feira o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Segundo o senador, alguns prefeitos estão utilizando os recursos do Fundef em outras áreas, o que provocou, no Ceará, a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para apurar as irregularidades. "Esses prefeitos estão cometendo um crime, uma indignidade", protestou o senador.

Embora ainda não tenha sido totalmente implementado, o Fundef já tem produzido efeitos positivos na educação básica, segundo Alcântara. O fundo provocou, entretanto, alguns desequilíbrios no orçamento dos estados, particularmente no Ceará, no Rio e na Bahia, que tiveram perda de receita porque empenharam parte dos recursos no programa, aguardando repasses da União, comentou o senador.

Alcântara destaca que, mesmo com

esses problemas, existem dados positivos que devem ser levados em conta para dar continuidade ao funcionamento e aprimoramento do Fundef. Entre esses dados, baseados em balanço feito pelo Ministério da Educação, foram citados pelo senador o aumento da matrícula escolar em 6%, beneficiando 1,6 milhão de alunos; a elevação de receita para 2.703 municípios e estados; e um movimento de recursos da ordem de R\$ 13,3 bilhões pelo Fundef no ano passado.

O Fundef, explicou o senador, remaneja recursos e estabelece um percentual *per capita* por aluno, que é pago pelos estados e municípios. Essa receita, observou, tem contribuído para melhorar o salário dos professores do ensino fundamental. "Essa é uma experiência vitoriosa e uma boa realização na área da educação", salientou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou os resultados já obtidos pelo Fundef e disse que os prefeitos que estão utilizando indevidamente os recursos do fundo



Lúcio Alcântara classificou de crime o desvio dos recursos do fundo por alguns prefeitos

devem ser punidos pela sociedade. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que a situação educacional do país ainda é "vexatória".

BANCO DA TERRA

Lúcio Alcântara também cobrou do governo a implementação de outros projetos na área social que, segundo ele, já foram aprovados pelo Congresso Nacional, mas ainda não estão em funcionamento. Entre esses projetos, citou o Programa de Garantia de Renda Mínima vinculado à educação e o Banco da Terra, que institui o financiamento de imóveis para trabalhadores rurais.

Segundo Alcântara, o Banco da Terra aguarda a aprovação de recursos do Banco Mundial e precisa de juros mais adequados para poder funcionar.

Tocantins terá curso de Medicina, anuncia Eduardo Siqueira Campos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou na sexta-feira a iniciativa do governo de Tocantins de promover a instalação de um curso de Medicina no estado. Segundo ele, a medida poderá minorar o problema da falta de profissionais de saúde, que torna os serviços públicos no estado "ainda mais precários".

— Nosso estado, além de não contar com instituição universitária federal, também não dispõe de cursos de Medicina, quer na Unittins (universidade estadual), quer em outros estabelecimentos privados de ensino superior — afirmou o senador em plenário.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, a Universidade de Brasília (UnB) está apoiando a formulação do projeto de instalação do curso de Medicina em seu estado e o governador e assessores têm visitado diversas faculdades do país e da França, colhendo experiências que possam ser aplicadas em Tocantins.

— Desejamos apelar ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação para que deem suporte à iniciativa, ensejando

a concretização da Faculdade de Medicina de Tocantins, que deverá ter especialização voltada às doenças próprias da região amazônica — declarou.

Por ora, o senador disse que o estado está suprindo essa carência trazendo médicos de Cuba. Os 53 profissionais estrangeiros, que já trabalham há mais de um ano, desenvolvem o Programa de Saúde

Comunitária, principalmente nos pequenos municípios, "adotando Tocantins como sua terra".

O senador aproveitou a oportunidade para reivindicar a criação da Universidade Federal de Tocantins, uma de suas principais bandeiras. Para ele, a falta de tal instituição em seu estado é "fruto do descalço e da discriminação contra Tocantins".

Por fim, Eduardo Siqueira Campos anunciou

que a Unittins está adotando um novo modelo de universidade pública no país, ao cobrar mensalidades dos alunos que podem pagar. Dos mil alunos aprovados no último vestibular, continuou, apenas 460 assinaram requerimento solicitando bolsa de estudo.



Eduardo Siqueira Campos apóia iniciativa do estado